



2025

Discursos do Presidente da Liga dos Combatentes Tenente-general Joaquim Chito Rodrigues

ÍNDICE

(Clicar com o rato na data para abrir o discurso pretendido)

[06.12.2025](#)

Inauguração de Monumento aos Combatentes do Ultramar, em Montemor-o-Novo

[18.11.2025](#)

Cerimónia comemorativa do encerramento da Evocação do Centenário da Liga dos Combatentes, 107.º aniversário do Armistício da Grande Guerra e 51.º aniversário do fim da Guerra do Ultramar

[29.05.2025](#)

Dia Internacional das Operações de Paz e Humanitárias

[09.04.2025](#)

Dia Nacional do Combatente (Batalha)



Núcleo de Montemor-o-Novo – Inauguração de Monumento aos Combatentes do Ultramar

Montemor-o-Novo

TENENTE-GENERAL JOAQUIM CHITO RODRIGUES

6 de dezembro de 2025

Meus senhores e minhas senhoras

Nesta cidade portuguesa, do município de Montemor-o-Novo, prestamos homenagem aos que um dia saídos das suas casas, partiram para o cumprimento de uma missão de guerra ou de paz, em que estaria em risco, a sua própria vida, na defesa dos interesses nacionais e da Pátria.

É com satisfação, que me constituo em parte integrante do marcante regozijo coletivo que nesta histórica cidade, que colheu especial oportunidade para publicamente ver comemorado dia festivo da criação do Núcleo de Montemor-o-Novo da Liga dos Combatentes.

De forma particularmente grata, a Liga dos Combatentes manifesta publicamente, às entidades presentes, Combatentes e famílias o seu reconhecimento pelo apoio sempre concedido a este Núcleo, que ao longo dos anos serviu e apoiou os Combatentes, viúvas e famílias, promovendo a História, a solidariedade e o apoio mútuo.

Com afeto, com reconhecimento e com respeito devidos ao homem e ao cidadão Combatente, desta histórica cidade, bem como às suas famílias, revive-se hoje mais um pouco da História de todos nós, sobretudo daqueles que para a escreverem, deram de si o melhor, ou a própria vida, calcando o chão bem forte e obreiros da própria sorte.

Em Montemor-o-Novo, ao homenagearmos hoje os Combatentes desta cidade que se bateram na Guerra do Ultramar, jamais podemos esquecer aqueles combatentes por Portugal que por obras valorosas da morte se foram libertando.

A Liga dos Combatentes, que nasceu há mais de cem anos e viveu e ultrapassou todos os maus e bons momentos, por que passou a sociedade portuguesa, desde a Grande guerra, a II Guerra Mundial, a Guerra do Ultramar e hoje as Missões de Paz e Humanitárias e de vigilância a Leste, reúne-se hoje aqui, com as entidades, as gentes e Combatentes, precisamente para evocar o cidadão Combatente de Montemor-o-Novo por Portugal, quando voltam a ocorrer na Europa insegurança, dúvida, instabilidade e guerra.

Não deixa de haver visões redutoras, escritas ou verbalmente expressas, sobre acontecimentos como o que hoje vivemos. Contudo, é nosso entendimento que cada vez mais, é necessário acentuar a importância que este tipo de cerimónias tem, na afirmação de um povo, da sua cultura.

Estão aqui presentes, espiritual ou fisicamente, todos os Combatentes e os de Montemor-o-Novo, vivos e mortos, que generosamente empenharam a sua vida por um mundo livre e mais justo.

E não esquecemos os que noutras pelejas e lugares lutaram e lutam ao serviço da Pátria e os que ainda hoje, nas operações de Paz e humanitárias, cumprem Portugal.

E nós, com experiência de tempos de guerra vivida, voltamos a sentir que os ventos da História recomendam ações imediatas, no âmbito da Defesa Nacional, que garantam a possibilidade de uma resposta condigna aos riscos, desafios e ameaças que surgem no espaço europeu e onde os seus dirigentes repousaram demais no conceito de paz eterna. Portugal não é uma ilha e está, estrategicamente, cada vez menos afastado dos meios que provocam a ameaça e insegurança que percorre a Europa.

A situação a que chegaram as Forças Armadas exige decisões políticas urgentes e que evitem a necessidade de "novos milagres" como sucedeu na sua participação na Grande Guerra.

Temos a obrigação moral, de não voltar a dar missões impossíveis de cumprir aos nossos Combatentes, ou que ao serem tentadas ser cumpridas, exigiriam sacrifícios humanos dramáticos, por falta de meios humanos e materiais disponíveis.

Hoje, em Montemor-o-Novo volta a ser reforçado um tempo que para sempre marcou jovens, saídos de suas terras para atravessarem os mares e viverem e morrerem noutro continente, alguns regressarem com traços indeléveis na sua saúde e outros, mais fortes e mais homens, ao ultrapassarem incólumes os infernos.

Sabemos bem que a Grande Guerra, foi um fenómeno mundial dramático que mudou o mundo e onde Portugal esteve envolvido na defesa da Liberdade e da conquista da Paz. Seguiu-se a II Guerra Mundial que determinou o envio de forças militares expedicionárias, pelos cantos do então mundo português. A Guerra do Ultramar, constituiu uma epopeia recente e que marcou gerações de portugueses que cumpriram ordens e denodadamente lutaram, não obstante os avisados ventos de mudança que varriam os impérios, foi com homens, meninos e moços de sua mãe, que com dignidade, sacrifício, coragem e com valentia que se lutou por Portugal.

Hoje, a guerra voltou à Europa e embora esteja localizada, exigiu já medidas militares por parte dos países europeus, tendo Portugal, entre outras ações, enviado forças para o Leste da Europa.

Hoje, duzentos anos depois, das guerras peninsulares, Portugal é considerado como país hostil por outro país europeu e viu já a sua embaixada, nesse país, ser atingida pelo conflito.

A recordação e análise destes factos históricos e recentes tornam imperativo evocar e enaltecer a gesta generosamente escrita, ao longo dos tempos, por esses bravos soldados filhos de Montemor-o-Novo.

Para nós, o ontem não se esquece e não se apaga. Revive-se.

Na nossa juventude, cada vez mais distante, Portugal foi-nos chamar onde cada um de nós estava. Pediu-nos que interrompêssemos os nossos sonhos, largássemos as nossas famílias e os nossos amigos, adiássemos casamentos, abandonássemos o mundo em que tínhamos nascido e crescido.

Portugal pediu-nos tudo o que lhe podíamos dar. E nós que lhe respondemos com o nosso sim, demos tudo com generosidade, em conformidade com o juramento um dia feito.

Partimos jovens. Fomos e aprendemos a combater. Os que dela regressaram, regressaram precocemente envelhecidos pelas experiências vividas e nenhum regressou igual, nem física nem psicologicamente, mas ainda hoje permanecemos combatentes, orgulhosamente combatentes por Portugal.

Por isso defendemos a paz.

Não podemos deixar de referir, de acordo com o sentimento generalizado dos Combatentes, que os governos da Nação esqueceram durante muitos anos quase totalmente os seus combatentes e assim se têm comportado, se tomarmos por referência 1914 e a Grande Guerra, vivida em África e em França, e a Guerra do Ultramar.

Embora o recente Estatuto do Combatente, tenha obtido acolhimento do governo, 46 anos depois do fim da guerra fê-lo de forma tímida, com promessa de constituir um primeiro passo legislativo.

É notório o diminuto apoio social e à saúde que dispensou aos seus filhos, tantos anos após o regresso de além-mar onde desdenhámos o conforto, sentimos na alma e no corpo a guerra e convivemos com a confusão que ela gera.

O Estatuto ficou-se distante do proposto pela Liga dos Combatentes ao governo.

A Liga dos Combatentes fez propostas públicas ao governo e Assembleia da República, de revisão do Estatuto em 2021, 2022, e em 2023. Voltou a fazê-lo em 2024, ao atual governo, no âmbito da saúde e do apoio social.

Registamos com satisfação, a decisão do senhor Ministro da Defesa Nacional, Dr. Nuno Melo, e do Governo, em garantir o apoio à saúde, decidindo a gratuidade dos medicamentos para os Combatentes pensionistas a 100% (50% em 2025 e 50% em 2026) e a 90% aos Combatentes utilizadores de medicamentos psicofármacos.

A Liga dos Combatentes acaba também de conseguir a admissão dos membros das Liga dos Combatentes no Hospital das Forças Armadas, com o apoio do Diretor do HFAR, do GCEMGFA e do Senhor ministro.

Luta de longos anos. Finalmente decisões importantes no âmbito da saúde, que os Combatentes registam com regozijo, a que importa com urgência juntar a revisão da lei 3/2009 e nela o coeficiente especial de pensão, suplemento especial de pensão e acréscimo vitalício de pensão que a mesma lei estabeleceu, reduzindo o definido na lei 9/2002. Revisão a que se apela desde 2009.

Termino agradecendo mais uma vez a todos os que por qualquer forma permitiram termos hoje esta realização e esta significativa cerimónia. Neles incluídos, como não podia deixar de ser, a Direção do Núcleo de Montemor-o-Novo e seu Presidente a quem agradeço mais este trabalho, para a história do Núcleo e da cidade de Montemor-o-Novo.

Vivam as gentes de Montemor-o-Novo.

Vivam os combatentes de Montemor-o-Novo.

Viva a Liga dos Combatentes Viva Portugal

Presidente da Liga dos Combatentes
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general



Cerimónia Comemorativa do Encerramento da Evocação do Centenário da Liga dos Combatentes, 107.º aniversário do Armistício da Grande Guerra e 51.º aniversário do fim da Guerra do Ultramar

Forte do Bom Sucesso, Lisboa, Belém
TENENTE-GENERAL JOAQUIM CHITO RODRIGUES
18 de novembro de 2025

Da Grande Guerra à Paz no Século XXI Um século de conflitos e esperanças

Exm.º General José Nunes da Fonseca, Digníssimo CEMGFA

É uma honra, muito marcante, ter V.ª Ex.ª a presidir a este histórico e significativo momento evocativo do Armistício da Grande Guerra, num momento em que se procuram arduamente, em vários espaços da Europa e do Mundo, acordos de paz e de cessar-fogo.

Agradecemos igualmente, o apoio que tem garantido à Liga dos Combatentes de que assinalo, entre outros, a permissão dos membros da Liga dos Combatentes terem acesso ao HFAR, o apoio à manutenção do cemitério de Richebourg e às cerimónias da Liga dos Combatentes ou as palavras de reconhecimento que nos dirigiu relativamente à nossa ação na Operação Embondeiro, que se executa em Angola, na dignificação dos lugares onde encontram inumados soldados portugueses que fizeram a guerra do ultramar. Muito e muito obrigado.

Exm.º Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa, Pedro Pessanha, agradecemos sensibilizados a presença de Va Exa.

Permita-me que aproveite a vossa presença para sublinhar a necessidade urgente de revisão dos suplementos de pensão a que os antigos combatentes que se bateram em teatros de alta perigosidade, têm direito.

Estabelecidos em 2002, foram drasticamente reduzidos em 2009 e esquecidos pelo Estatuto dos Antigos Combatentes em 2020. A LC enviou à AR e ao governo em 2021, 2022, 2023 e 2024, propostas concretas de revisão do EAC. Agradecemos a sua especial atenção.

Exm.º Secretário-geral do MDN, Tenente-general Fernando Serafino

Exm.º Inspetor-geral da Defesa Nacional, Dr. José Leite Martins

Exm.º Diretor-geral de Recursos Humanos Major General Tendeiro

Exm.º Diretor-geral da Polícia Judiciária Militar, Contra-almirante Paulo Isabel

Exm.º Diretor-geral de Armamento e Património, Dr. António Batista
Exm.º Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa, Dr. António Saraiva
Exm.ºs Tenentes-generais Vice-chefes do Estado-Maior, António Costa e Maia Pereira, representantes dos Chefes de Estado-Maior da Força Aérea e do Exército
Exm.º Vice-almirante Sousa e Costa, Vice-chefe do Estado-Maior da Armada, em representação do Chefe do Estado-Maior da Armada.
Exm.º Major-general Emílio da Silva Oliveira, em representação do Comandante-geral da GNR, Tenente-general Rui Alberto Ribeiro Veloso
Exm.º Quartel-Mestre-General, Tenente-General João Luís Morgado Silveira
Exm.ºs oficiais gerais e almirantes presentes
Exm.º Presidente da Sociedade Histórica e Independência de Portugal, Dr. Ribeiro e Castro
Exm.ª Embaixadora de Timor-Leste, Laura Abrantes
Exm.º Vereador Armando Soares, em representação do Exm.º Presidente da Câmara Municipal de Oeiras
Exm.º Coronel Superior Wang Rui Adido de Defesa da República Popular da China
Exm.º Coronel Mário Batista, Adido de Defesa de Timor-Leste
Exm.º Representante do Exmo. Embaixador de Angola e da Exm.ª Embaixadora da Ucrânia e do Adido de Defesa da Roménia
Exm.º Presidente do Conselho Supremo, Prof. Dr. Aires de Sousa e membros do Conselho Supremo, da Direção Central e do Conselho Fiscal da Liga dos Combatentes
Exm.º Presidente da Royal British Legion, David Right
Exm.ºs Presidente e Membros das Associações presentes e dos Núcleos da Liga dos Combatentes

Minhas Senhoras e meus Senhores

Caros Convidados Caros Combatentes e Exm.ªs. Famílias

Evocamos hoje o dia 11 de novembro de 1918.

O Armistício da Grande Guerra, assinado a 11 de novembro de 1918, pôs fim a um dos mais devastadores conflitos da História moderna. A Europa saía profundamente marcada, e as nações vitoriosas reuniram-se em Paris para definir os termos da paz. — O dia em que, há cento e sete anos, silenciaram finalmente as armas da Grande Guerra.

Às onze horas da manhã de 1918, nas trincheiras enlameadas da Europa, soou o toque do cessar-fogo. Terminava o mais devastador conflito que o mundo alguma vez conhecera até então. O Tratado de Versalhes, assinado em 1919, procurou redesenhar fronteiras e impor responsabilidades, mas acabou por semear ressentimentos que viriam a germinar em novos conflitos.

A guerra que prometera ser “a que poria fim a todas as guerras” deixava atrás de si milhões de mortos, nações arrasadas e um continente mergulhado em dor.

A Europa procurava curar as suas feridas, e o Tratado de Versalhes, assinado no ano seguinte, pretendia trazer uma paz duradoura. Mas aquela paz, embora celebrada com pompa e solenidade, guardava dentro de si as sementes de novos desentendimentos.

Portugal, mesmo distante do centro da guerra, respondeu ao apelo da Pátria e da honra nacional. O Corpo Expedicionário Português, o nosso CEP, partiu para as terras frias e lamacentas da Flandres, levando consigo a bravura e a esperança de um povo pequeno em tamanho, mas grande em coragem.

Portugal, embora pequeno em dimensão, teve um papel significativo através de forças em África e do Corpo Expedicionário Português, que combateu nas trincheiras da Flandres ao lado dos Aliados. Os soldados portugueses enfrentaram duras condições, não apenas no campo de batalha, mas também pela falta de apoio da retaguarda — material, logístico e moral.

Os nossos soldados combateram em condições inumanas em África e nas trincheiras de La Lys, enfrentando bombardeamentos incessantes, fome, frio e exaustão. Faltavam-lhes, muitas vezes, o apoio logístico, o conforto da retaguarda e o reconhecimento político. Mas nunca lhes faltou o sentido de dever, nem o amor a Portugal.

Em La Lys, com mais prisioneiros que mortos, o CEP fez parte das Forças Aliadas que contribuíram para a vitória final, seis meses depois de La Lys.

Contribuiu para que o Exército alemão não atingisse os objetivos da Batalha Georgete e a 11 de novembro, dia do Armistício, dois dos seus batalhões entravam na Bélgica, em ação ofensiva. Se houve desastre em La Lys, como por vezes se ouve, não se deveu ao CEP, mas aos exércitos onde estava integrado. Jamais se pode comparar La Lys a Alcácer Quibir, como por vezes se ouve e se escreve.

O regresso desses homens a uma Pátria que pouco reconheceu o seu sacrifício, foi doloroso e, dessa desilusão, nasceu um movimento de união e solidariedade entre antigos Combatentes: a Liga dos Combatentes da Grande Guerra, fundada em 1921.

O seu propósito era claro — preservar a memória dos que tombaram e defender os direitos de quem servira a Pátria. E quando a guerra terminou, aqueles que regressaram encontraram um país diferente, pobre, cansado e, por vezes, indiferente ao seu sacrifício. Este sentimento de desamparo e de fraternidade, deu origem ao nascimento, da Liga dos Combatentes da Grande Guerra — uma associação criada por homens que haviam partilhado o sofrimento, mas que não deixaram que a ingratidão ou o esquecimento os vencessem.

A Liga nascia, assim, com uma missão nobre e duradoura: honrar os que tombaram, apoiar os que regressaram e preservar a memória daqueles que serviram Portugal em tempos de guerra.

Dezassete anos depois, em 1939, o mundo mergulhava novamente no caos da Segunda Guerra Mundial. Portugal manteve a neutralidade, mas essa posição exigiu preparação, prudência, mobilização e vigilância no então território nacional. A mobilização de milhares de homens em forças expedicionárias e destacamentos defensivos tornou-se necessária, e muitos desses militares integraram posteriormente a Liga dos Combatentes, que por decreto de 1960, viu, tardiamente, a criação de uma nova categoria de sócios, os expedicionários, passando desde então a Liga dos Combatentes da Grande Guerra (LCGG), a designar-se simplesmente por Liga dos Combatentes.

Refletia e simbolizava a continuidade do seu propósito através das gerações, uma Liga que já não representava apenas os heróis da Flandres, mas agora, todos os que, em diferentes tempos e lugares, haviam servido Portugal. A meio do século, o país voltaria a viver o drama da guerra, desta vez nas campanhas do Ultramar (1961–1974). Durante 13 anos, milhares de portugueses combateram em África. Essa guerra prolongada, dolorosa e sem fim à vista, conduziu inevitavelmente ao 25 de Abril de 1974, que pôs termo ao conflito e trouxe consigo a Paz e a Liberdade. Ao longo do mortífero Séc. XX, Portugal viveu o contraste entre guerra e paz, entre sacrifício e esperança. As guerras moldaram o país, mas também fortaleceram o ideal da paz, cultivado pelos próprios combatentes que as viveram.

A Liga dos Combatentes, pela Paz, tornou-se, assim, um símbolo dessa ponte entre o passado e o futuro — entre o dever cumprido e o desejo de um mundo sem guerra.

A Liga dos Combatentes acompanhou todas essas transformações. Adaptou-se aos tempos, sem nunca esquecer as suas origens. Hoje, mantém viva a memória de todos os que serviram Portugal — nas trincheiras da Flandres, nas frentes quentes de África, nas missões de paz da ONU, da UE ou da NATO.

A Liga é, ainda hoje, o elo entre gerações de portugueses que souberam o valor da coragem, da camaradagem e da lealdade e o doloroso contraste entre a guerra e a Paz, entre a morte violenta e a vida. Esses cidadãos, que juraram colocar a sua vida nas simbólicas mãos da Pátria, são cidadãos únicos, e com o tal deviam ser tratados pelo Poder.

A história do Séc. XX é a história da luta constante entre a guerra e a paz, entre a destruição e a reconstrução. Cada guerra prometeu ser a última, e cada paz trouxe consigo a esperança de um novo começo. Mas o mundo, mesmo no Séc. XXI, continua a ser palco de conflitos, de sofrimento humano e de ameaças à liberdade. De guerra e de destruição. Assim, da lama das trincheiras da Flandres ao ideal de um mundo em paz, percorre-se um século de história e de memória — um século que nos recorda que, apesar das guerras, é sempre na paz que se encontra o verdadeiro triunfo da humanidade.

A guerra que prometera ser “a que poria fim a todas as guerras” deixava atrás de si milhões de mortos, nações arrasadas e um continente mergulhado em dor.

A Europa procurava curar as suas feridas, e o Tratado de Versalhes, assinado no ano seguinte, ao cessar-fogo, pretendia trazer uma paz duradoura. Mas aquela paz guardava dentro de si, as sementes de novos desentendimentos.

Hoje, no Séc. XXI, assistimos a um mundo em constante tensão — guerras regionais, crises humanitárias e novos desafios globais. No entanto, a lição do século passado permanece viva: a paz não é um estado permanente, mas uma construção diária. Cabe às nações, e a cada cidadão, defendê-la com a mesma coragem com que outrora tantos lutaram nos campos de batalha.

Assistimos, hoje, a guerras que lembram as lições que o passado deveria ter ensinado. E é por isso que estes dias que evocamos, — o Dia do Armistício e do Fim da Guerra do Ultramar — têm um significado que transcende o tempo. Eles não são apenas a recordação de um tratado ou o fim de uma guerra; são o símbolo da necessidade permanente de preservar a paz.

É no ano em curso podemos e devemos evidenciar e celebrar:

- 107 anos do fim da Grande Guerra e 102 da Criação da LCGG;
- 80 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, de Nagasaki e de Hiroxima;
- 80 anos da criação da ONU;
- 50 anos da independência de Angola e da Guiné e do fim real da Guerra do Ultramar;
- 50 anos do 25 de novembro;
- 30 anos do fim da guerra da Bósnia.

Momentos de regozijo e de preservação da Paz, mas a paz não é apenas a ausência de guerra.

A paz, insistimos, constrói-se todos os dias — com diálogo, com respeito, com valores, com solidariedade e com memória. E é precisamente a celebração da memória, do bem e o repúdio do mal produzido pelo homem, que nos reúne aqui.

A memória dos que tombaram, a memória dos que regressaram, e a memória dos que continuam a servir o país, em nome dos mesmos valores: Dever, Pátria e Honra.

Que nunca esqueçamos o preço da paz, nem o sacrifício daqueles que a tornaram possível.

Que o exemplo dos nossos combatentes — do CEP à Flandres, das colónias africanas às missões internacionais — continue a inspirar as gerações futuras. E que Portugal, fiel à sua história e aos seus ideais, continue a ser um país de paz, mas sempre pronto a defender a liberdade e a sua identidade. A ser Portugal.

Em nome da Liga dos Combatentes, rendemos homenagem a todos os que serviram e servem Portugal. Que a sua coragem e o seu exemplo nos recordem, hoje e sempre, que a verdadeira vitória é a manutenção da paz. Que Portugal saiba contribuir para a manutenção dessa Paz! E se a Europa considerar essa paz ameaçada, que se arme e se torne uma Grande Potência Dissuasora da Guerra.

Não quero terminar sem assinalar a nossa ação no âmbito dos Programas Estratégicos e Estruturantes da Liga dos Combatentes nomeadamente, Liga Solidária, Cultura Cidadania e Defesa, Inovação e Modernização, Passagem do Testemunho, Cuidados de Saúde e Conservação das Memórias.

O meu louvor a todos os que ao longo dos anos os têm materializado no terreno, dignificando, com o seu esforço e trabalho voluntário, a Liga dos Combatentes e o país. Todos com trabalho relevante, extraordinário e a merecer reconhecimento. Orgulho-me dos dirigentes da Direção Central e dos Núcleos da Liga dos Combatentes que dirijo.

Igualmente gostava de sublinhar que a partir de janeiro do próximo ano os antigos Combatentes pensionistas, por decisão do Senhor Ministro da Defesa Nacional e do Governo, terão medicamentos gratuitos a cem por cento. Para além deste apoio à saúde que se regista com regozijo, alertamos mais uma vez a necessidade urgente de revisão dos direitos adquiridos em 2002 e reduzidos dramaticamente em 2009 e não atualizados em 2020 aquando da publicação da Estatuto do Antigo Combatente, no que se refere a complementos e suplementos especiais de pensão e sobre os quais recai o IRS.

A Solução deste problema e de outros criados pelo atual estatuto, terminará de vez com a revolta interior que continua sendo manifestada, por vários meios e órgãos de comunicação, oriunda dos antigos Combatentes.

Aconselhamos vivamente a revisão deste direito e a solução deste grave problema.

Termino com votos de,

DIGNIDADE E GLÓRIA AOS COMBATENTES VIVOS!
HONRA AOS QUE TOMBARAM!
VIVA PORTUGAL!

Presidente da Liga dos Combatentes
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general



Dia Internacional das Operações de Paz e Humanitárias

Forte do Bom Sucesso, Lisboa, Belém

TENENTE-GENERAL JOAQUIM CHITO RODRIGUES

29 de maio de 2025

Exmo. Senhor Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas e Vogal de Honra do Conselho Supremo da Liga dos Combatentes, General Nunes da Fonseca

Excelência

Permita um agradecimento profundo por se ter dignado presidir a esta cerimónia em que se homenageiam os que caíram e os que se bateram ou se batem ao serviço das Forças Armadas e Forças de Segurança, e de Instituições Internacionais, no exterior do país. Igualmente o incondicional apoio que vem garantindo aos antigos Combatentes e à Liga dos Combatentes.

Exmo. Senhor Secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional, Dr. Álvaro Castelo Branco
A Liga dos Combatentes agradece a presença de V. Ex.^ª e o apoio e atenção que vem prestando aos problemas da Liga dos Combatentes e dos Combatentes em geral.

Dirijo-me a todos, sinteticamente, face às condições meteorológicas de hoje:

Exmo. Senhor Presidente da Junta e Freguesia de Belém, Dr. Fernando Rosa

Exmos. Senhores Generais e Almirante representantes dos Chefes dos Ramos das Forças Armadas e da GNR

Exmo. Senhor Diretor Nacional da PSP, Superintendente Luís Carrilho

Exmos. Senhores Generais, Almirantes e Diretores-gerais do MDN, presentes

Exmo. Senhor Duque de Bragança, D. Duarte Pio,

Todos os Ilustres Convidados que nos deram a honra da vossa presença

Caros Combatentes

Minhas senhoras e meus senhores

Celebramos hoje mais uma vez o Dia das Missões de Paz e Humanitárias. O Dia em que a ONU homenageia os Capacetes Azuis, a que nós acrescentamos os que desempenharam Missões semelhantes ao serviço da UE e da OTAN, em Forças Nacionais Destacadas ou em Missões de Segurança.

Todos promovendo ou implementando a Paz, há mais de trinta anos.

Também, neste mês de maio, ocorre uma data historicamente muito significativa. O dia 8 de maio.

Dia do Fim da Segunda Guerra Mundial, há precisamente 80 anos. Talvez por Portugal ter sido neutral, a efeméride tem sido esquecida, mas não na Europa e no mundo por ela afetado. Apresento apenas uma síntese do enquadramento histórico da Liga dos Combatentes da Grande Guerra (LCGG); de então:

A LCGG estava sob controlo direto do Estado Novo, desde 18 de maio de 1934, e toda a sua ação interna e externa era condicionada. O Regime do Estado Novo assumiu uma posição de neutralidade durante a segunda guerra mundial. Foram, porém, mobilizadas Forças expedicionárias para as ilhas e colónias portuguesas.

A Liga dos Combatentes fazia parte do movimento internacional de combatentes aliados, integrando a FIDAC- *Fédération Interalliée des Anciens Combattants*.

A LCGG tinha Núcleos e Delegações nos Países invadidos e atacados durante a Segunda Guerra Mundial, como por exemplo em França e Inglaterra. Neste aspeto saliento o relatório de gerência da LCGG de 1940 que mostra a sua preocupação com o avançar da guerra e o perder de força do movimento internacional ao firmar:

“À saída voluntária pela Itália, seguiram-se a queda da Checoslováquia, da Polónia, da Bélgica e da França. Países que viram os seus territórios ocupados, mas que, com exceção da França, transferiram os seus governos para Londres, num propósito firme de continuarem a luta pela sua independência; a Jugoslávia e a Roménia, tanto quanto pode ajuizar-se do futuro, estão em vias de serem absorvidas, possivelmente em condições que nos meios poderão diferir um tanto, mas terão, no fim, consequências iguais; a Grécia suporta uma agressão da Itália, sua aliada em 1914-1918; a Inglaterra abandonada pela França, resiste e combate sozinha confiante nas qualidades do seu povo e nos recursos do seu Império; ao EUA preparam a opinião pública e movimentam a sua industria; e só Portugal, dos onze países que estavam filiados na FIDAC, não foi tocado pela agitação febril desta nova fase da Grande Guerra” (fim de citação).

No que se refere a refugiados refere o relatório da LCGG:

“...até agora aproveitaram o auxílio da Liga, inteiramente grátis, combatentes americanos, belgas, franceses, polacos e checoslovacos” (fim de citação)

A nossa Neutralidade, já referida, a isso permitia, mas para ser declarada e conduzida de forma diplomática, embora inclinada para os aliados, exigiu a garantia da melhoria e modernidade das Forças Armadas e o seu emprego em dissuasão da guerra em todo o território considerado nacional. Só a reorganização das Forças Armadas permitiu ao governo de Portugal o poder ser neutral. De facto, não é neutral quem quer, mas quem pode.

No ano em curso, numa atividade em que tive a honra de participar, a Comissão Portuguesa de História Militar por iniciativa do seu Presidente Major-general Vieira Borges foi realizado um Colóquio que abordou o tema “As Forças Expedicionárias Portuguesas na Segunda Guerra Mundial”.

Incumbido de encerrar a Sessão evocativa, tive oportunidade para, além de tirar as conclusões, salientar a ação da Liga dos Combatentes nesse período e a sua posição para com os expedicionários e suas famílias.

Expedicionários que compuseram as Forças Nacionais Expedicionárias, com missão idêntica às Forças Nacionais Destacadas, de hoje: - promoção da Paz, garantindo a soberania e os interesses nacionais, a circulação atlântica dos espaços ultramarinos e fazer face a provável ameaça quer da Alemanha Nazi, quer de Britânicos e Americanos, quer de Holandeses ou Japoneses.

É de assinalar que a Alemanha de hoje se recusa voltar a ser o primeiro país a iniciar uma guerra. Se recusa a ser o primeiro a iniciar um ataque. Nunca promoveu a cultura do combatente de então. E inicia agora, visitando mesmo, recentemente, a Liga dos Combatentes, para conhecer a sua organização e a sua história, para lançar uma cultura dos seus novos combatentes das missões de paz.

A nossa neutralidade na Segunda Guerra Mundial exigiu a adaptação e reforço em pessoal e material das nossas Forças Armadas, Exército, Marinha e Aviação Militar. Inicialmente com cerca de 30.000 efetivos foram atingidos os 130.000 Homens.

A ameaça da Alemanha imperialista de então, foi real, já que constava dos seus Planos ocupar a Península Ibérica e tomar Cabo Verde. Por outro lado, por parte do Reino Unido e Estados Unidos da América surgia a necessidade de ocupar os Açores, o que se transformou em acordo pacífico.

As Forças Nacionais Expedicionárias 1939-1945, que terminaram a sua missão a 8 de maio de 1945, no final da Segunda guerra mundial, face à natureza da sua missão, à sua significativa dimensão e ao sucesso da sua aplicação, devem merecer uma especial atenção.

A Liga dos Combatentes da Grande Guerra assumiu desde início a sua missão de solidariedade e apoio mútuo para com os expedicionários da 2.ª Guerra Mundial, e suas famílias. Propôs ao Governo a criação de uma “Secção dos Expedicionários do Império”. Propôs igualmente um Programa de Alargamento da Liga dos Combatentes para sua integração. A Liga protegeu expedicionários e suas famílias, bem como refugiados de Guerra. Alguns civis portugueses, hoje estimados em cerca de 1.566, alistaram-se nas Forças Francesas ou aliadas. O governo demorou anos a pronunciar-se sobre aquela proposta, mas a Liga garantiu o apoio informal aos expedicionários.

Até que, em 1960, quinze anos depois do fim da 2ª Guerra Mundial, o Governo do Dr. António Oliveira Salazar viria a permitir alterar o Estatuto da LCGG, passando a considerar como sócios da mesma, os sócios combatentes (oriundos da IGG) e os Sócios Expedicionários da Segunda Guerra Mundial, bem como os sócios Extraordinários, famílias de ambos.

Assumimos, como se concluiu no colóquio já referido que esta data não deve ser esquecida em Portugal. Esta data não deve dividir, mas unir.

Não devemos apagar a história da História.

Os Expedicionários referidos mereceram por isso, por parte da LCGG, a mesma atenção que os sócios Combatentes da Primeira Guerra Mundial. É a partir daí, que a própria Portaria 18.053 de 11 de novembro de 1960, alterando o Estatuto e regulamento da LCGG, expressa que a mesma, passará a designar-se por Liga dos Combatentes, com a integração dos expedicionários de 1939-1945.

O ano seguinte, 1961, traria outra categoria de Combatentes, a incluir no mesmo estatuto: os Combatentes do Ultramar, incluindo os da Índia.

Faz para nós, pois, todo o sentido, que à homenagem e evocação dos Combatentes das Forças Nacionais Destacadas que hoje se batem ou bateram nas Operações de Paz e Humanitárias, passemos a juntar a homenagem aos milhares de homens que compuseram as Forças Nacionais Expedicionárias na Segunda Guerra Mundial e têm sido esquecidos.

As FND de hoje e as FNE da Segunda Guerra Mundial, forças de manutenção da Paz, passarão, pois, a ser evocadas pela Liga dos Combatentes, no mês de maio, pois tiveram a mesma missão na Defesa da Paz, da Soberania e dos Interesses Nacionais, apenas as diferenciando os Teatros de Operações de aplicação.

As FNE, dos Açores a Timor, em território então considerado Território Nacional.

As FND e de Segurança, pelos cinco cantos do Globo, ao serviço de Portugal, da Europa e do Mundo.

Será importante referir que o Corpo Expedicionário Português, criado com a Primeira Guerra Mundial que se bateu na Flandres, foi um corpo militar preparado para o combate e para conduzir a guerra. São a nossa origem como Instituição e ainda hoje os homenageamos. Mas o nosso ADN alicerça-se nos Combatentes da Primeira Guerra Mundial, nos da Segunda Guerra Mundial, nos da Guerra do Ultramar e nos das Missões de Paz e Humanitárias, ou seja, nos Combatentes por Portugal.

Por seu lado, como já referido, as Forças Nacionais Expedicionárias da Segunda Guerra Mundial, que hoje trazemos em bold à nossa memória, foram preparadas e enviadas para o espaço nacional para evitar a guerra, garantir a paz e manter a soberania nacional.

Passaremos a homenageá-las quando homenageamos as atuais Forças Nacionais Destacadas.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Portugal com as suas FND atuou ao longo dos últimos trinta anos, na preservação e implementação da Paz, em vários e diversificados cenários mundiais. Fizeram-no no Afeganistão, Teatro de Operações com dificuldades militares acrescidas.

Hoje, com o apoio do Exmo. General Mendes Ferrão, evidenciamos os Combatentes do Afeganistão.

Tomará seguidamente a palavra, como orador desta cerimónia, o Senhor Tenente-general Xavier de Sousa, a quem agradeço a sua imediata disponibilidade, que abordará esse tema do Afeganistão e outros testemunhos. Teremos igualmente, pelas 15H00, uma Tertúlia no âmbito do Programa Fim do Império e Missões de Paz e Humanitárias, conduzida pelos Combatentes Major General Monsanto e Coronel Rolo das Operações Especiais, em que será debatido o Tema Afeganistão – Testemunhos das FND de 2006-2025 para a qual convidamos V. Ex^{as} a participar.

No final desta Cerimónia de homenagem, convido igualmente os presentes, como é tradição, para a visita a duas Exposições de Pintura subordinadas aos temas a Mulher de Moçambique e Retrospectiva.

A todos o meu muito obrigado pela Vossa presença.

Vivam as Forças Nacionais Expedicionárias 1939-1945

Vivam as Forças Nacionais Destacadas

Viva Portugal

Presidente da Liga dos Combatentes
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general



Dia Nacional do Combatente

Mosteiro de Santa Maria da Vitória, Batalha
TENENTE-GENERAL JOAQUIM CHITO RODRIGUES
9 de abril de 2025

Exmo. Senhor Presidente da República, Comandante Supremo das Forças Armadas e Presidente de Honra do Conselho Supremo da Liga dos Combatentes, Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa
Excelência

A presença de V. Ex.^a, mais uma vez, na comemoração do Dia Nacional do Combatente, junto dos Combatentes por Portugal, é para nós, não só um incentivo moral, mas a confirmação do que ao longo dos anos da sua presidência V. Ex.^a tem afirmado e apoiado as Forças Armadas e a Liga dos Combatentes. Testemunhamos a V. Ex.^a o nosso Reconhecimento, nesta última presença connosco, neste dia, nas atuais funções.

Exmo. Senhor Ministro da Defesa Nacional Dr. Nuno Melo
Excelência

Num momento em que se aguarda a decisão do povo português quanto ao futuro governo, é oportuno para neste Dia Nacional do Combatente, lhe testemunhar o apreço dos Combatentes e em especial da Liga dos Combatentes, pelas decisões tomadas, as expetativas criadas e as positivas referências sistematicamente feitas aos antigos Combatentes, num ambiente de relação saudável que nos apraz publicamente assinalar.

Exmo. Senhor General CEMGFA, General Nunes da Fonseca
Queira aceitar o nosso agradecimento pelo apoio prestado mais uma vez pelas Forças Armadas para a organização desta cerimónia

Exmo. Senhor Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General Cartaxo Alves, General CEME, General Mendes Ferrão e Vice-almirante Aníbal Ribeiro, representante do Almirante CEMA

Exmo. Diretor Nacional da PSP, Superintendente Luís Carrilho e Tenente-general Rui Veloso, Representante do Comandante Geral da GNR

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Batalha, Dr. Joaquim Ruivo

Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Batalha, Dr. Fernando Oliveira

Exmo. Senhor Secretário-geral do MDN, Tenente-general Serafino e DGPDN Tenente-general Lemos Pires e Presidente do IASFA, Tenente-general Morgado Batista

Exmos. Senhores Almirantes, Generais e Diretores-gerais do MDN

Exmo. Reverendíssimo Bispo das FA e FS, D. Sérgio Dinis
Exmos. Senhores Embaixadores da Bulgária, da Chéquia e representantes da Alemanha, França e Timor-Leste
Exmos. Senhores Adidos de Defesa do Brasil, Espanha e Timor-Leste
Exmo. Senhor Presidente do Conselho Supremo da Liga dos Combatentes, Prof. Dr. Aires de Sousa e Membros do Conselho Supremo
Exma. Senhora Diretora do Mosteiro da Batalha, Dr.ª Clara Moura Soares
Exmos. Senhores Membros da DC da Liga dos Combatentes
Exmos. Presidentes das Associações de Combatentes Nacionais, dos Prisioneiros de Guerra, da ACUP, dos Combatentes da Guiné, dos Capacetes Azuis, Salgueiro Maia e Operações Especiais e de países amigos, de Espanha, França e Reino Unido

Presidentes dos Núcleos da Liga dos Combatentes
Caros combatentes e Exmas. Famílias
Caros Convidados

Minhas senhoras e meus senhores
Chers amis de la Delegation de Hauts-de-France

Na primeira cerimónia evocativa da Batalha de La Lys, no início do segundo centenário da Liga dos Combatentes, fazemo-lo comemorando o 107.º aniversário do fim da Grande Guerra, hoje, como sempre, com os mesmos objetivos: promoção da Paz, preservação da História, da cultura e da cidadania, honrando os mortos por Portugal.

Com os mesmos sentimentos de respeito e emoção, perante a memória dos feitos dos homens e mulheres, ao serviço das Forças Armadas e Forças de Segurança, em especial os que as serviram, servindo Portugal, ao longo dos séculos XX e XXI.

Evocamos o fim da Guerra que justificou o nosso nascimento como associação patriótica e humanitária, promotora da solidariedade e do apoio mútuo, amante da paz, e autora atenta das necessidades dos Combatentes e famílias, no âmbito do apoio social e à saúde, sempre presente, quando o Estado que defenderam, os olvidou.

Neste dia, como sempre, não estamos aqui para evocar a guerra, a qual detestamos, porque a experimentámos, mas para evocar a Paz. Paz, Bem universal, cuja ausência nos é hoje, mais uma vez, demonstrada todos os dias, através dos meios sofisticados da comunicação social e dos meios cada vez mais sofisticados de fazer a guerra, que nos causam insegurança, instabilidade, dúvida, estupefação e repulsa, embora, paradoxalmente, não possamos dispensar tais meios, para garantir a nossa defesa e consequentemente a nossa tranquilidade e bem-estar.

As potências que hoje, no mundo, aspiram e lutam por recriar novos Impérios, uns por imposição da persuasão com base no seu superpoder, outros pelo uso da força e da violência efetiva, são os mesmos que exigiram e apoiaram a destruição de outros impérios históricos, incluindo o nosso, sob pretexto do direito à autodeterminação dos povos.

Autodeterminação dos povos que hoje não respeitam e teimosamente exploram ou condicionam.

Esquecendo a história, humanamente dramática trazida ao mundo, pelo violento século XX, hoje, no Norte de uma jovem América, acredita-se e declara-se, imperialmente, a necessidade de uma expansão territorial, mesmo que isso faça abanar alianças até agora promotoras da paz.

A Leste, numa Clássica Rússia, acredita-se em Makinder, e declara-se e decide-se, imperialmente, aplicando a força contra vizinhos, o propósito de restaurar o império e o espaço, supostamente, dominador do mundo.

Aparecem agora ambos a lutar pelas terras raras que terá levado Makinder a definir a sua teoria. Enquanto se entala e minimiza a mãe, histórica e sacrificada Europa, e se isola e adia cuidadosamente a milenar China, por o confronto ser considerado catastrófico, nomeadamente no oceano Índico, a jovem América e a Clássica Rússia, de inimigos históricos a cíclicos e oportunistas amigos, mostram-se agora ao mundo como promotoras da Paz, mas assumem atitudes desreguladoras do direito e das organizações internacionais, para tentarem impor a criação dos seus impérios e conceitos de uma nova ordem internacional e mundial.

A insegurança, a instabilidade, as dúvidas latentes e o desconhecimento das novas regras de um futuro próximo resultantes, para além de constituírem ameaças reais à segurança internacional, parecem enfraquecer perigosamente as tradicionais organizações como a ONU, a União Europeia e a NATO, a quem terá que se exigir capacidade de renovação política e militar, capazes de criar altos níveis de direção e personalidade conjunta e de dissuasão, ainda que para isso haja que retocar e rever dissonâncias organizativas internas.

Com o facto de estarmos hoje celebrando igualmente a Paz na Europa alcançada há mais de cem anos, quebrada cerca de vinte anos depois, com novo holocausto europeu, cuja Paz, não deixou de arrastar para fenómenos bélicos de descolonização igualmente dramáticos, sublinhamos também, que as situações atrás descritas, deveriam constituir lições aprendidas da Grande História, pelos atuais sentimentos imperialistas das grandes potencias, que sistematicamente inventam inimigos, para justificarem o seu poder global de condutores da geopolítica mundial.

Caído o muro de Berlim, resultou que a ocidente, no norte atlântico, se ergueram como inimigos, a Líbia, a Síria e o Iraque. A Leste, se fizeram operações especiais para reconquistar espaços perdidos com a queda de tal muro. O paradoxo está em que os principais atores de hoje, inimigos de ontem, encontram agora razões para uma suposta amizade fraterna entre os seus dois Grandes Chefes, minimizando a Europa e tentando isolar a milenar China.

Embora não deixemos de ter, neste momento de desregulação internacional, uma visão de alinhamento América-Rússia, e Rússia-China, uma vez mais um forte hemisfério norte esquece completamente o frágil hemisfério Sul. Chega a apelar-se, para minimizar e enfraquecer a Europa, para a saída dos EUA da NATO e da ONU. A Europa, porém, vai acreditando em desanuviamento. Se os EUA, porém, saltam por cima da Europa para abraçar a Rússia parece estarem a empurrar a Europa para saltar por cima da Rússia para abraçar a China com um qualquer Euro China Treaty Organization. Se se trata de desregular a ordem internacional, equacionem-se do lado europeu as várias hipóteses de uma Nova e forte Europa.

A curto e médio prazo as pequenas e médias potências, nomeadamente as europeias, parece só terem um caminho: sem abrandar o esforço até agora feito na produção do Bem-estar, reorientarem a sua prioridade no reforço das condições de Segurança e Defesa do seu território e dos seus valores. E esse esforço exige no Âmbito da Segurança e Defesa uma Direção Política centralizada que todos reconheçam como um verdadeiro Comando Europeu de Segurança e Defesa de quem dependeriam as Forças a disponibilizar pelos países Europeus. Sem unidade política, pelo menos nesta área da Defesa, a experiência evidencia extrema dificuldade em pensar em informações e operações de um qualquer Exército Europeu.

Apenas em emprego de forças credíveis de países europeus, com um comando combinado, atuando conjuntamente e devidamente suportadas por uma entidade política constituída para o feito e reconhecida por todos.

Importa novamente, e infelizmente, descobrir a principal forma de garantir a Paz duradoura na Europa. A Europa opta, forçadamente, pelo rearmamento, face às novas políticas da jovem América e à ameaça da histórica Rússia.

Entendemos que a Europa deve aproveitar o atual momento do imbróglio estabelecido, para a prazo, se tornar uma Grande Potência Dissuasora da Guerra e que a sua voz seja ouvida e respeitada como tal.

Minhas senhoras e meus senhores

A Liga dos Combatentes que nasceu há mais de cem anos e viveu e ultrapassou todos os bons e maus momentos por que passou a sociedade portuguesa, desde a grande guerra, à segunda guerra mundial, à guerra do ultramar, às Missões de Paz e Humanitárias e hoje à vigilância a Leste, reúne-se hoje na Batalha, nesta cerimónia Histórica, a 9 de abril, Dia do Combatente, para preservar a Memória dos Combatentes por Portugal e reafirmar que a Batalha de La Lys não deve ser referenciada como um desastre das foças portuguesas, mas sim como exemplo de respeito por todos os soldados que um dia defenderam Portugal, sem que Portugal lhe tivesse garantido os meios humanos e materiais mínimos, para cumprirem a sua missão e eles mesmo em tais condições, se bateram denodadamente.

Em La Lys, o CEP foi integrado no Exército inglês e dele recebeu ordens inoportunas de rendições inoportunas e de defesas a todo o custo.

A jovem República com quatro anos de idade, pensou mais em sobreviver, do que apoiar as suas forças em Moçambique, Angola e depois na Flandres, onde lutaram sem o apoio necessário da retaguarda.

Os cerca de 400 mortos e milhares de feridos e prisioneiros em La Lys, ficando reduzido a 50% de efetivos não impediram que a 11 de novembro, Dia do Armistício, três Batalhões remanescentes do CEP, estivessem na ofensiva, entrando na Bélgica, com as forças aliadas.

Considero, pois, historicamente grave, a similitude por vezes feita, de forma escrita e verbal, mesmo por entidades responsáveis, entre a Batalha de La Lys e Alcácer Quibir. Referência que nasceu certamente do testemunho de Jaime Cortesão, quando num seu livro, descreve que estando a tratar um ferido, entrou no seu gabinete operatório um outro militar, gravemente ferido, e desabafou: isto foi pior que Alcácer Quibir.

Em La Lys não perdemos a Independência. Em La Lys não perdemos o Ultramar. Em La Lys desfilámos no final em Paris com os vitoriosos. A República consolidou-se. Há que fazer uma leitura positiva da História. Os que se bateram por Portugal em África e em França na Grande Guerra e mais tarde na Guerra do Ultramar foram todos Soldados Milhões, Paulos dos Santos, Marcelinos da Mata, ou Antónios Lobatos e merecem todos, todos os milhares e milhares que um dia se bateram Portugal, onde Portugal os enviou, ao longo da História, estarmos aqui, neste lugar sagrado de Santa Maria da Vitória, em sua honra e em sua homenagem. Devemos-lhes a defesa sistemática e a garantia da nossa independência. Nunca os esqueceremos.

Sabemos que não deixa de haver visões redutoras, escritas, ou verbalmente expressas, perante o que hoje aqui vivemos mais uma vez. Contudo, é nosso entendimento que cada vez mais, é necessário acentuar a importância que este tipo cerimónias tem, na afirmação de um povo e da sua cultura.

E nós com experiência de tempos de guerra vivida, voltamos a sentir que os ventos da História recomendam ações imediatas que garantam a possibilidade de uma resposta preventiva condigna aos riscos, desafios e ameaças que surgem no espaço europeu. Portugal está hoje, estrategicamente, cada vez menos afastado dos meios que provocam a ameaça e insegurança que percorre a Europa. Aos nossos Combatentes deve ser evitado a todo o custo, a necessidade de “novos Milagres” como o de Tancos, ou de voltarem a receber missões impossíveis de cumprir, ou que, ao serem tentadas ser cumpridas, exigiriam sacrifícios humanos dramáticos, por falta de meios humanos e materiais disponíveis, como aconteceu na Índia.

Hoje, a guerra voltou à Europa e embora esteja localizada e se lute pela paz, exigiu já medidas extraordinárias da União Europeia, tendo Portugal, entre outras nações enviado forças para o Leste Europeu como medida de prevenção.

Duzentos anos depois das guerras peninsulares, Portugal é considerado país hostil por outro país europeu e viu já a sua embaixada, nesse país, ser atingida pelo conflito.

A recordação destes factos históricos e recentes, tornam imperativo evocar e enaltecer a gesta generosamente escrita, ao longo dos tempos por esses soldados filhos de Portugal. Para nós o ontem não se esquece. Revive-se. Honrando os mortos e lutando pela dignidade dos vivos.

Não podemos deixar de referir, de acordo com o sentimento generalizado dos Combatentes vivos, que os governos da Nação esqueceram durante muitos anos os seus combatentes. Nós na Liga dos Combatentes sabemos a razão por que nascemos como Instituição e porque continuamos bem vivos.

Embora o Recente Estatuto do Antigo Combatente, promulgado em 2020, tenha obtido acolhimento do governo e Assembleia da República, 46 anos depois do fim da guerra, surgiu de forma tímida, sendo notório o diminuto apoio social e à saúde, que dispensou aos seus filhos, tantos anos depois do regresso de além mar, onde desdenharam o conforto, sentiram na alma e no corpo a guerra e conviveram com a confusão que ela gera. O Estatuto foi publicado com a promessa de constituir um primeiro passo legislativo.

O Estatuto ficou-se distante do proposto pela Liga dos Combatentes ao governo, ao qual tem continuado a apresentar propostas concretas.

Registamos com satisfação, a decisão do senhor Ministro da Defesa Nacional, Dr. Nuno Melo e do governo, em garantir o apoio à saúde, decidindo a gratuidade dos medicamentos para os combatentes pensionistas a cem por cento (50 por cento em 2025 e 50 por cento em 2026) e 90 por cento aos combatentes utilizadores de medicamentos psicofármacos.

Luta de longos anos. Finalmente decisões importantes no âmbito da saúde para quem está no Outono da vida, que os Combatentes registam com regozijo. Importa seguidamente e no orçamento, do próximo governo, que seja revista a lei 3/2009 e entre outras alterações, sejam revistos os direitos já adquiridos relativos aos coeficientes especiais de pensão, suplementos especiais de pensão e acréscimos vitalícios de pensão que o Estatuto do Antigo Combatente não contemplou. Foram estabelecidos há 21 anos, reduzidos drasticamente há 13 anos e esquecidos no Estatuto do Combatente. Impõe-se serem revistos, por forma a terminar esta constante dicotomia entre governos e Combatentes.

Não quero terminar sem fazer uma referência muito especial à presença, pela segunda vez consecutiva, a nosso convite, de uma numerosa delegação francesa, de alto nível, do Hauts-de-France, constituída pelos Presidente do Comité de França Portugal de Hauts-de-France, decano do Corpo consular em Lille, Docteur Bruno Cavaco, Mdme Marie Dorchye, responsável pelo Património e conservação da Memória do Alto de França, Presidentes das câmaras municipais de Richebourg, La Culture, Ambleteuse e Nee Chapelle, 1.º adjunto da Câmara de Roncq, conselheiro municipal delegado da camara municipal e Loos-en-

Gohelle, Presidentes dos Núcleos de Lillers , Richebourg e Paris, e que igualmente nos acompanharão e apoiarão em França, nos próximos dias 12 e 13, nas comemorações do 9 de abril e se constituem em grupo impulsor do incremento das relações históricas, culturais, turísticas e comerciais do Hauts-de-Françe com Portugal.

Mesdames et Messieurs

Je ne peux pas terminer sans faire une reference spéciale à la presence, pour la deuxième fois consécutive, de notre invitation, de la parte de une delgation française de Haut de France, tous coordonné et pilotée par Le Consul Honoraire de Lille , Dr Bruno Cavaco, Madame Marie Dorchy, Conseiller Regional Delegué au Patrimoine et à la memoire de Haut de France, des Maires Richebourg, La Couture, e Ambleteuse et Arques et 1er adjoint de Roncq Presidents des Noayau de Paris, de Richebourg e de Lillers, qui nous accompagnerons et nos soutiendrons en France, le 12 et 13 de avril, et qui constitui un groupe moteur de la reinforcement des relations historique, culturel, comercial et touristique entre Haut de France et Portugal. Merci bien a tous pour votre visite et votre amitié.

Termino agradecendo a todos os que por qualquer forma permitiram termos hoje a realização desta significativa cerimónia, desde logo ao senhor Presidente da República, Ministro da Defesa Nacional, aos Chefes de EM das Forças Armadas e de Segurança, ao senhor Presidente Câmara Municipal da Batalha e ao Diretor do Mosteiro da Batalha, ao senhor Bispo das FA e de Segurança D. Sérgio Dinis, ao Coro do Núcleo da Batalha e seu Presidente, a todas as entidades presentes, aos Núcleos e às Associações, Combatentes e famílias que nos honraram com a sua presença o nosso muito sentido, bem hajam.

Vivam os Combatentes por Portugal. Viva Portugal.

Presidente da Liga dos Combatentes
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general